

Conscientização acerca da violência contra a mulher e sua importância na educação popular em saúde

Awareness about violence against women and its importance in popular health education

DOI:10.34117/bjdv7n12-141

Recebimento dos originais: 12/11/2021

Aceitação para publicação: 06/12/2021

Maria Caroline Galiza de Morais

Ensino superior incompleto em Medicina - Faculdade Ciências Médicas da Paraíba
Av. Índio Arabutan, 212, apto 510 - Cabo Branco - João Pessoa - PB
E-mail: mariacarolsantiago1@gmail.com

Maria Luar de Oliveira Carvalho

Ensino superior incompleto em Medicina - Faculdade Ciências Médicas da Paraíba
Av. Espírito Santos, 951, ap. 803-Bairro dos Estados - João Pessoa - PB
E-mail: luar_viola@hotmail.com

Luana Mesquita Montenegro

Ensino superior incompleto em Medicina - Faculdade Ciências Médicas da Paraíba
Av. Oceano Pacífico, 815 – Intermars - Cabedelo - PB
E-mail: luanamesquitamontenegro13@gmail.com

Maria Izadora Soares de Oliveira Carvalho

Ensino superior incompleto em Medicina - Faculdade de ciências médicas da Paraíba
Av. Nego, 700
E-mail: Soares.iza@hotmail.com

Felipe Nilson Santiago Galiza

Ensino Superior Incompleto em Medicina - Faculdade Tiradentes
Av. Índio Arabutan, 161, apto 904 - Cabo Branco - João Pessoa - PB
E-mail: felipe_nilson@hotmail.com

Wellington Onias Alves Filho

Ensino superior incompleto em Medicina - Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba
Rua Poeta Luiz Raimundo Batista de Carvalho, 789 - apto 1701 - Jardim Oceania - João Pessoa- PB
E-mail: filhoowellington@gmail.com

Felipe Andrade de Lima Trindade

Ensino superior incompleto em Medicina - Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba / Afya
Rua José Marcos de Melo Peixoto, 134, Apto 302, Residencial Ilha de Capri – Cabedelo – PB
E-mail: Fadl.trindade@gmail.com

Nathalie Félix Soares Arruda

Ensino superior incompleto em Medicina - Faculdade de Ciências Médicas/ FCM-PB Afya
Av. Gov. Argemiro de Figueiredo 1645 apto 106B - Residencial Príncipe de Granada - Jardim
Oceania - João Pessoa - PB
E-mail: nathaaliefsar@gmail.com

Ana Silvia Suassuna Carneiro Lúcio

Orientadora - Doutorado em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos –UFPB
Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba – Afya Educacional
BR-230 Km 9 - Amazonia Park, Cabedelo - PB
E-mail:asilviasuassuna@gmail.com

RESUMO

Realizar o estudo acerca da violência contra mulher dentro do âmbito da educação popular e esclarecer a importância da educação popular para conscientizar acerca da violência contra mulher. Trata-se de uma revisão bibliográfica com os seguintes descritores: educação em saúde, mulher e violência; realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) que utilizou os critérios de inclusão: artigos completos nos idiomas português, inglês e espanhol, ademais, e de exclusão: cartas ao editor, relatos de caso, editoriais, artigos em duplicidade, fuga ao tema, artigos que não sejam dos idiomas acima e artigos anteriores ao ano de 2000. Foi tratada acerca da violência contra mulher e como está enraizada na cultura em diversos países e como a mesma vem se destacando de maneira alarmante e crescendo como fator problematizador na saúde. Em razão de uma sociedade patriarcalista e machista, os índices de agressão aumentaram, tanto no ambiente doméstico como no trabalho. Logo, o trabalho destaca a relevância das políticas públicas diante do combate à violência contra mulher no que tange à criminalização de tal ato de desigualdade ligada ao gênero.

Palavras-Chave: Educação em saúde, Violência contra mulher, Saúde da mulher, Saúde pública.

ABSTRACT

To carry out the study about violence against women within the scope of popular education and clarify the importance of popular education to raise awareness about violence against women. This is a literature review with the following descriptors: health education, women and violence; held in the Virtual Health Library (VHL) which used the inclusion criteria: complete articles in Portuguese, English and Spanish, in addition, and exclusion criteria: letters to the editor, case reports, editorials, duplicate articles, escape from the topic, articles that are not in the above languages and articles prior to the year 2000. It was treated about violence against women and how it is rooted in the culture in several countries and how it has been standing out in an alarming way and growing as a problematizing factor in health. Due to a patriarchal and sexist society, aggression rates increased, both at home and at work. **Conclusion:** Therefore, the work highlights the relevance of public policies in the fight against violence against women with regard to the criminalization of such an act of inequality linked to gender.

Keywords: Health education, Violence against women, Women's health, Public health.

1 INTRODUÇÃO

É válido salientar que a violência está enraizada na cultura de diversos países, em específico, a violência contra mulher, que vem se destacando de maneira alarmante. Isto posto, as repercussões negativas têm aparecido de maneira crescente no âmbito da saúde. Diante disso, faz-se necessário a atenção especial para o incentivo da educação popular, visando minimizar a ocorrência de tal ato e consequentemente atenuar os agravos no que tange à saúde (SCHRAIBER *et al.*, 2000).

Em vista disso, acredita-se que a educação é uma ferramenta capaz de promover os saberes acerca do conhecimento popular, o que influencia no reconhecimento dos processos que se

caracterizam como violência, facilitando a ação da atenção primária, uma vez que esta é a porta de entrada principal para assistência às mulheres, além de coletora de dados de notificação (D'OLIVEIRA *et al.*, 2009).

Dentro desse tema, determina-se que os atos de agressão assumiram um papel problemático, em decorrência de uma sociedade patriarcalista e inserida em uma cultura machista, o que se reflete na majoração dos índices de agressão dentro do ambiente doméstico e de trabalho, tornando tal realidade cada vez mais alarmante, vindo a preocupar os profissionais de saúde e a sociedade (FRANZOI, 2007).

Ademais, é preciso compreender acerca da avaliação dos mecanismos que estão disponíveis na atenção primária, com o intuito de auxiliar às mulheres, tanto no reconhecimento da violência, quanto nos seus tipos. Além disso, existem políticas públicas, como a Lei Maria da Penha, que contribuem não somente para penalizar o agressor, como também traz proteção à vítima (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Nesta senda, os profissionais de saúde apresentam um papel imprescindível, carregando a responsabilidade de defender o processo de saúde-doença dentro da proposta do SUS, sendo um participante ativo da potencialização dos cuidados sociais, visando sempre a empatia e a humanização (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009).

Portanto, como fator problematizador, tem-se a dificuldade da realização da denúncia, seja pelo obstáculo do medo, em se tratando da reação do parceiro íntimo no ambiente familiar ou pela ineficácia presente na própria esfera da saúde, minorando e atribuindo à mulher um lugar de submissão, colocando-a em posição indigna (SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010).

Por fim, apesar da existência de diversos mecanismos que estejam dispostos a melhorar no que se refere o suporte à essas vítimas de agressão, surge o seguinte questionamento: será que está sendo feito o máximo para que tal realidade desapareça do cenário da saúde?

2 MÉTODOS

É válido salientar que se trata de uma revisão bibliográfica, ainda, para guiar o estudo, definiu-se a seguinte questão norteadora: Que importância o estudo acerca da violência contra mulher tem no âmbito de educação popular? Ademais, é mister mencionar que foram consideradas apenas fontes bibliográficas no formato de artigos científicos, livros e de documentos veiculados pelo governo federal. Esta pesquisa bibliográfica foi realizada utilizando bases de dados disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

É importante mencionar que foram utilizados nesta pesquisa os seguintes descritores cadastrados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): educação em saúde, mulher e violência.

Na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), estas palavras foram utilizadas juntamente com os operadores booleanos, nas seguintes combinações: educação em saúde, AND mulher AND violência.

Já no que tange os critérios de inclusão foram incluídos artigos completos disponíveis eletronicamente (de texto completo), nos idiomas português, inglês e espanhol. Ainda, serão considerados os artigos sobre violência em saúde e promoção de saúde, além de outros critérios que forem julgados pertinentes.

Como critérios de exclusão foram adotados: cartas ao editor, relatos de casos, editoriais, artigos em duplicidade, artigos que apresentarem fuga ao tema ou sentido semelhante, artigos publicados em outros idiomas com exceção do português, do inglês e do espanhol, os artigos que antecederam o ano de 2000 e aqueles que não abordavam diretamente a temática proposta após leitura dos títulos, do resumo ou dos descritores.

Com isso, após a seleção dos artigos, foram definidas e extraídas as informações dos estudos selecionados, quais sejam: título do artigo, ano de publicação, país, base de dados, título do periódico, fator de impacto, considerando a área da pesquisa e da promoção de saúde, delineamento do estudo, resumo, intervenção, desfecho e conclusão.

3 DISCUSSÃO

A temática da violência contra a mulher reporta para uma multiplicidade de vertentes cuja forma mais recorrente vem a ser aquela praticada contra aqueles sujeitos (mulheres) e em maior gravidade. Em conformidade com os dados reportados na literatura, percebe-se que são prevalentes consequências de ordem biopsicossocial listadas nos domicílios (ambiente doméstico). Essa vertente torna-se mais importante quando se percebe que a violência de gênero está presente na cultura em todos os países, e quando ela não se correlaciona com o grau de desenvolvimento do determinado país. Isso é guiado através de uma bagagem cultural nos países, fato que contribui para a opressão masculina sobre a feminina (BALESTERO; GOMES, 2015).

Os dados elencados na literatura revelaram consequências negativas da violência experimentada em suas relações conjugais, com repercussão em todos os aspectos de suas vidas, mostrando os agravos de ordem física como uma das consequências da violência realizada contra a mulher (GUEDES; SILVA; COELHO, 2007).

As fontes previamente referenciadas expõem a ansiedade resultante da violência, desencadeando diversos danos da estrutura física. As mulheres designam à violência a causa desses agravantes, demonstrando seu reconhecimento sobre o efeito que a violência causa para a sua saúde. Os agravos são de disposição física e emocional com repercussões também na saúde mental, assinalados nos depoimentos que seguem (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009).

De acordo com a Cartilha Maria da Penha e Direitos da Mulher, do Ministério Público Federal de Brasília, 2011, a violência está dividida em cinco tipos, são elas: violência física, que nada mais é do que a conduta usada por aqueles que pretendem causar danos a alguém, sendo: emocionais, imposição de medo, constrangimento, ameaças, humilhação; tudo que lhe cause limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e autodeterminação a alguma conduta que vá de encontro à sua integridade ou saúde corporal (BRASIL, 2011).

Já a violência sexual ocorre por meio de qualquer conduta extrínseca que venha a constranger no ato de presenciar, manter ou até participar de relações sexuais não desejadas mediante alguma modalidade de ameaça, ainda, a violência psicológica trata-se da conduta usada por aqueles que pretendem causar danos a alguém, sendo: emocionais, imposição de medo, constrangimento, ameaças, humilhação, ou seja, tudo que lhe cause limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e autodeterminação (SILVA; COELHO; CAPONL, 2007).

Ademais, a violência patrimonial refere-se a qualquer ação que conceitue eliminação dos bens pessoais e direitos com desejo de satisfazer seu ego e necessidades e por fim, a violência moral que diz respeito a qualquer ação que conceitue falação por meio de injúria, ocorre quando o atuante da violência cria falsas realidades com a intenção de afirmar de forma negativa e falsa, comprometendo sua reputação (BRASIL, 2011).

Segundo Dantas-Berguer e Giffin (2005, p. 5) a violência contra a mulher pode ser compreendida como “qualquer ato violento que se baseie no gênero e que podem resultar em danos físicos, psicológicos, moral ou sofrimento para a mulher”.

Em termos de Brasil, a literatura reporta a violência contra a mulher enquanto problema fundamental e prioritário no rol das ações combativas das esferas pública e privada na defesa dos direitos naturais e humanos bem como desafio constante dos profissionais das áreas assistenciais e da saúde (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008)

Mesmo assumindo o patamar de problemática extremamente relevante, a violência contra a mulher ganhou visibilidade com a criação da Lei 11.340/2006, a Lei Maria da Penha. Neste ínterim, caracterizou-se juridicamente, a punibilidade dos agressores (DORIGON; SILVÉRIO, 2018).

Diante do exposto, pode-se destacar a vitimização das mulheres sob a caracterização de seu bem-estar, de sua integridade e dignidade, reiterando uma posição patriarcalista nos modelos sociais, logo, Franzoi (2007) introduz afirmando que há uma concepção de mundo associada à superioridade masculina. Ademais, a violência de gênero apresenta natureza e padrões diferenciados de violência interpessoal no que corresponde ao agressor, pois, apesar de existir inúmeros perpetradores,

normalmente os agressores são pessoas do próprio convívio familiar, sejam eles marido, pai, padrasto, tios, primos ou outros.

Nesta senda, é importante salientar que a forma mais prevalente e endêmica de violência é dentro do ambiente doméstico, praticada pelo parceiro íntimo. Este enfrentamento implica nos padrões sociais e culturais, onde, o homem apossa-se sobre a mulher praticando estes atos e ambas as partes autorizam, naturalizam e confirmam esse tipo de dominação (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

Nesse panorama, podem ser descritos na literatura, a perpetuação da condição de perpetuação dos condicionantes à violência doméstica, como o uso do álcool e outras substâncias por parte dos elementos agressores associados à limitação de recursos financeiros e sociais, como se observa abaixo:

“(...) os antecedentes familiares de atos violentos, o uso de álcool pelo parceiro, o desemprego, a pobreza, o baixo nível socioeconômico da vítima, o baixo suporte social oferecido à mulher e a dependência emocional em relação ao agressor” (BRASIL, 2011).

Em relação ao contexto familiar das mulheres vitimizadas, é notório o medo, a vergonha bem como o completo desconhecimento da jurisprudência o qual vem a limitar a ação dos serviços em saúde. Registre-se ainda os atos violentos os quais originam lesões e traumas, haja visto os custos decorrentes desta violência à saúde pública no Brasil, no judiciário na esfera penal e na assistência social às mulheres vitimizadas (DORIGON; SILVÉRIO, 2018; BRASIL, 2018).

Diante da problemática apresentada, para o enfrentamento da violência de gênero, sugere-se ações multidisciplinares e intersetoriais. As mesmas devem envolver os segmentos de educação (educação popular), a saúde, o serviço social e a segurança pública, assim como entidades governamentais e ONGs (MACHADO, 2010).

Segundo Guedes, Silva e Coelho (2007), os mesmos afirmam que com a contribuição destes serviços se fortalece o suporte à vítima com maior resolubilidade do problema. Ainda, no mesmo ponto, diferentes serviços de saúde ainda necessitam desta adaptação, principalmente aqueles que trabalham diretamente com estes tipos de vítimas e que, infelizmente, se deparam com profissionais de saúde despreparados para este tipo de atendimento.

De acordo com Brasil *et al.* (2017), a Educação Popular em Saúde (EPS) é um caminho capaz de contribuir com metodologias e saberes para a constituição de novos sentidos e práticas no habitat do SUS é um instrumento indispensável para a autoridade dos sujeitos sobre sua saúde, compreendida em seu sentido integral. Surge a partir de Movimentos Sociais, a EPS se agrega à causa LGBT a partir de alguns referenciais teóricos, entre eles, o de Paulo Freire.

Em sua dinâmica, a mesma recorre a práticas dialógicas, partindo dos conhecimentos e saberes inerentes aos sujeitos envolvidos nos processos sociais, ideologizantes e questionadores, com o fito de “construir uma cidadania crítica e transformadora”. “Valoriza as sabedorias populares, as expressões culturais locais, a participação popular e as ações coletivas em saúde.” (GUEDES; SILVA; COELHO, 2007).

Visto por outro prisma, a literatura aponta para a dificuldade das mulheres vitimizadas em procurarem os serviços competentes de proteção à mulher, sua acolhida e lida contra a violência de gênero na saúde, e com a importância que adquire melhorar essa apreensão na produção dos cuidados, tendo em vista a vantajosa posição da saúde para lidar com o problema, não de modo exclusivo, mas em integração intersetorial (SCHRAIBER *et al.*, 2000).

A assistência primária à saúde, segundo D’Oliveira *et al.* (2009) é a porta de entrada principal para as mulheres realizando assistência para estas. Diante destas ações, percebe-se que este setor cumpre sua função social propondo a promoção da saúde, a educação e a prevenção de agravos, entregando uma melhor qualidade de vida para a população.

Portanto, é salutar compreender que a educação popular em saúde é de extrema importância na vida das mulheres, visto que elas podem não só entender como denunciar, quem procurar, assim como reconhecer quando está sendo vítima de violência e em situação de violência (BRASIL *et al.*, 2017).

Na intenção de conceituar a violência, sabendo que esta é toda ação física ou de omissão, a Lei Maria da Penha, que se refere a esse tipo de atitude, criminalizando-a, caracteriza tal ação como desigualdade associada ao gênero. Por esse ângulo, esta lei não é composta somente pela penalidade que será dada ao agressor, mas também a proteção que é feita a mulher (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Segundo Azambuja e Nogueira (2008), a violência contra a mulher se configura como problema de saúde pública e de direitos humanos. Complementando, eles também afirmaram que após o ano de 1979, quando foi realizada a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres através da ONU, sendo importante ressaltar que a violência contra a mulher passou a ser reconhecida oficialmente como um crime contra a humanidade. No entanto, só criou destaque realmente a partir da década de 1990, quando criou força em debates políticos, sociais e no planejamento da saúde pública.

Para tanto, é válido mencionar a importância das políticas públicas para que se tenha um enfrentamento eficaz no que tange à violência contra a mulher, como mencionado acima, viabilizando formas de assegurar a segurança dessas mulheres (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

A perspectiva do Sistema Único de Saúde conferiu perspectivas de mudanças na área de saúde, dentre elas, a reflexão sobre a necessidade de adoção de abordagens teóricas e práticas profissionais e conhecimento das limitações do modelo de saúde pública tradicional a partir de enfoque biológico. A proposta do SUS comporta a teoria da determinação social do processo saúde-doença, defende a saúde-doença a saúde, fenômeno que se determina na esfera da vida social (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009).

De acordo com Silva, Padoim e Vianna (2013), o mesmo compreende que na saúde existem fatores que configuram a potencialização da violência, a princípio, tem-se a dificuldade de realização da denúncia por medo, por sofrer ameaças do parceiro e acabam não denunciando os atos violentos. Paralelamente, há a cultura enraizada, que vem em perseguição e contraria a capacidade de realizar a denúncia ou relatar o ocorrido. E por fim, tem-se ainda o lugar de submissão empregado a mulher, que a coloca em uma posição frágil e sem meios de suporte para sua caminhada social pós violência.

Por outro ângulo, a violência não é valorizada do modo que deveria, ou seja, pesquisando em suas vítimas sua vulnerabilidade, e o que mais as afetou em tal situação, para que esse dano seja revertido. Comumente, em sociedade, a mulher não recebe o espaço que merece quando em situação de violência, quadro que deve ser reconhecido e revertido. Desse modo, a violência do tipo conjugal é um problema de âmbito público, e que interfere de forma maciça na saúde da mulher, tornando-as vítimas e traumatizando-as, fazendo necessário o acompanhamento psicológico para monitorar a repercussão de tal ação em sua vida (SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010).

Por fim, a literatura defende um olhar mais incisivo sobre essa temática pode trazer uma visão peculiar da questão da violência conjugal e seus desdobramentos na vida das mulheres, sobretudo quando envolve os profissionais de saúde e revela os limites do saber tradicional que se revela na práxis dos profissionais em saúde, apesar da apresentação de ações e programas em educação em voltada para o entendimento da minimização das violências contra as mulheres não terem se mostrado, no decorrer dos tempos, equânimes (GUEDES; SILVA; FONSECA, 2009).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, este trabalho tem como intuito conscientizar acerca da importância no que tange o debate envolta do tema denominado violência contra mulher, trazendo assim tópicos que enfatizam os tipos de violência e a importância de como reconhecê-la, sabendo também a relevância da educação popular em saúde dentro dessa abordagem, uma vez que a educação tem a função de propagar conhecimento, sendo este de extrema seriedade ao se tratar desse assunto para que toda sociedade compreenda acerca dessa temática.

Ainda, é válido destacar que as instituições e seu corpo técnico precisam assegurar um espaço de proteção, atendimentos psicossociais especializados e políticas sociais que propiciem uma rede de apoio biopsicossocial e que as leis sejam mais vigorosas, buscando que cada vez mais não exista impunidade. Sendo mister explicar que em relação aos mecanismos legais de proteção de violência contra a mulher, entende-se essa proteção tanto como um direito assim como também uma garantia efetiva da dignidade da pessoa humana. Por fim, no contexto de mulheres em situação de violência, inúmeros são os desafios para o cuidado, intervenção e proteção, em que esses desafios precisam ser vencidos para que as mulheres se sintam seguras, com isso, é preciso buscar melhorias exponenciais em todas as questões supracitadas para que os direitos dessas mulheres sejam garantidos.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, M. P. R. de; NOGUEIRA, C. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 101-112, set. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000300011. Acesso em: 10 out. 2021.

BALESTERO, G. S.; GOMES, R. N. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: uma análise crítica da dominação masculina. **Revista CEJ**, Brasília, v. 1, n. 66, p. 44-49, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r34812.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. **Conselho Nacional do Ministério Público**. Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro / Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/imagens/FEMINICIDIO_WEB_1_1.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Portal do Ministério Público Federal /Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). **Cartilha Maria da Penha e Direitos da Mulher**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.tjse.jus.br/portaldamulher/index.php/definicao-deviolencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL, L. M. *et al.* Saberes em Paulo freire: educação popular em saúde na procura por uma “pedagogia da esperança” e seus entrelaços com o processo emancipatório de LGBT. **Revista rede de cuidados em saúde**, Campina Grande, v. 11, n. 1, p. 1-12, set. 2017. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rcs/article/view/4127>. Acesso em: 10 out. 2021.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 417-425, abr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2021.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L. *et al.* Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a atenção primária em saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1037-1050, ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2021.

DORIGON, A.; SILVÉRIO, B. C. A violência contra mulher e a aplicação da lei Maria da Penha e do feminicídio, **Âmbito Jurídico, O seu portal jurídico da internet**, 2018. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-169/a-violencia-contra-mulher-e-a-aplicacao-da-lei-maria-da-penha-e-do-feminicidio/>. Acesso em: 10 out. 2021.

FRANZOI, N. M. **Concepções de profissionais de equipes de saúde da família sobre violência de gênero**. Escola de Enfermagem/USP- Dissertação de Mestrado, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7137/tde-13072007-101343/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2021.

GRAY, D. E. **Pesquisa no Mundo Real**. 2 ed. São Paulo: Editora ARTMED, 2012.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C. da; COELHO, E. C. A. de. Violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 9, n. 2, p. 362- 378, mai./ago. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/7166/5075>. Acesso em: 10 out. 2021.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C da, FONSECA, R. M. G. S. de. A violência de gênero e o processo saúde- doença das mulheres. **Rer Enferm**, v. 3, n. 13, p. 625-31, jul./set. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452009000300024. Acesso em: 10 out. 2021.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 256-266, mai./ago. 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/29642/1/ARTIGO_ViolenciaContraMulher.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

MACHADO, G. S. O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, v. 11, n. 102, p. 269-288, abr./jun. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000200005&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2021.

SANTI, L. N. de; NAKANO, A. M. S.; LETTIERE, A. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. **Texto e contexto- Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 417-424, jul./set. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072010000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2021.

SCHRAIBER, L. B. *et al.* A violência contra mulheres: demandas espontâneas e busca ativa em unidade básica de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 1-2, p. 3-15, dez. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902000000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, L. L.; COELHO, S. B. E.; CAPONL. S. N. C. de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface Comunic, Saúde, Educ**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 93-103, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/icse/2007.v11>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, L. E. L. da; OLIVEIRA, M. L. C. de. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 3523-3532, nov. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015001103523&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, E. B. da; PADOIN, S. M. M. de; VIANNA, L. A. C. Violência contra a mulher: limites e potencialidades da prática assistencial. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 26, n. 6, p. 608-613, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002013000600016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 out. 2021.